

*Concedido.
Privada - a 2ª
atribuição de consultor
função superior,
8/11/17*



**DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, PLANEAMENTO E URBANISMO
SERVIÇO DE RECURSOS HUMANOS**

**Contrato de prestação de Serviços
Formação e Consultadoria**

Considerando;

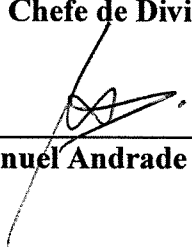
- 1- Que a Administração Pública (em geral) e a Administração Local (no âmbito das suas especificidades) tem sido palco, em especial desde 2008, de permanentes e profundas alterações legislativas em todas as áreas de atuação (regime laboral em toda a extensão, regimes de proteção social, regime de aquisição de bens e serviços, regimes jurídico e financeiro da administração local; novos regimes procedimentais etc.) exigindo dos recursos humanos uma constante atualização de conhecimentos e aquisição de novas competências que lhe permita aplicar com eficiência e correção as alterações legislativas, os novos códigos e os novos procedimentos;**
- 2- Que a formação profissional, quer inicial quer continua, é então condição necessária para que os vários profissionais possam efetuar essa atualização de conhecimentos e aquisição de competências necessárias (quer para uma adequada e correta aplicação da lei aos processos e procedimentos internos quer naqueles em que o Município é chamado a relacionar-se com o cidadão;**
- 3- Que a oferta formativa da área jurídica, em especial na área de recursos humanos e dos procedimentos administrativos, nem sempre é adequada e direcionada às especificidades que os serviços precisam;**
- 4- Que a informação de apoio disponível aos serviços de Administração Pública (tais como a DGAEP, DGAL, Associação Nacional de Municípios, CCDR, entre outras) veiculam soluções interpretativas por vezes contraditórias comprometendo a segurança jurídica que se impõe;**
- 5- Que é urgente preparar os profissionais deste Município para um desempenho qualificado, tendo em vista não só o adequado suporte ao trabalho desenvolvido internamente, mas também um serviço público dirigido aos munícipes pela qualidade nas suas diferentes vertentes;**
- 6- Que o Município não dispõe, neste momento, de técnicos com preparação técnica e competências pedagógicas para ministrar formação da área jurídica e para assessorar juridicamente a área de pessoal que urge colmatar com brevidade e até que seja possível assegurar este apoio de forma mais estável mediante a contratação permanente de um trabalhador com contrato de trabalho em funções públicas;**

- 7- A elevada qualificação específica, designadamente, os conhecimentos e as competências que a Dr.^a Carla Margarida Costa apresenta no âmbito do Direito Administrativo e regime da Administração Pública e, em particular, pela ampla experiência enquanto formadora de recursos humanos, como se comprova pelo currículo profissional;
- 8- O disposto nos artigos 10º e 32º da Lei 35/2004, de 20 de junho, quanto à possibilidade de celebração de contratos de prestação de serviços;
- 9- Que se preenchem os pressupostos para a aquisição de serviços por ajuste direto, no seu regime simplificado, em conformidade com os artigos 128º e 129º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, bem como, se preenchem os pressupostos e condições legais do parecer genérico favorável em conformidade com a deliberação de Câmara tomada a 8 de Março de 2016;
- 10- O expediente legalmente previsto no nº1 do artº 62º, conjugado com a alínea g), do nº1 do artº 115º, ambos do CCP, que possibilita, no ajuste direto, que os documentos que constituem a proposta sejam apresentados através de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, que não necessariamente a plataforma eletrónica, desde que no convite à apresentação de proposta se determine outra forma de apresentação, por exemplo o e-mail, conforme dispõe a já citada alínea g), do nº1, do artº 115º, em conjugação com o nº 1 do artº 62º;
- 11- Que a informação datada de 07-11-2017, prestada pela Chefe da Divisão Financeira, refere que foi efetuado o cabimento orçamental da despesa;

Assim, face ao que precede, proponho que seja convidada a apresentar proposta a Dr.^a Carla Margarida Costa, para a celebração de um contrato em regime de avença com valor mensal de 500€, com o prazo de execução de 1 ano, a que corresponde o valor total de 6000€ acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Tondela, 7 de novembro de 2016

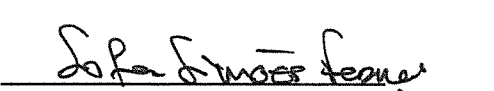
O Chefe de Divisão


(Manuel Andrade Engº.)

Visto

08/11/2017

A Vereadora dos Recursos Humanos


(Sofia Ferreira Dr.^a)